

Cidadanias Diferenciadas na Remoção Forçada na Cidade da Copa e a Arena Pernambuco: moralidade técnica nas margens urbanas

Parry Scott^a
Alice Moura^b
Núbia Clementino Silva^c

Resumo: Este artigo aborda os deslocamentos forçados de famílias ausados pelo Estado durante a Copa do Mundo FIFA de 2014, em Recife. Mostra a intervenção do Estado moldando as subjetividades políticas de forma diferente de acordo com as alianças mutáveis entre os agentes. Observação participante, narrativas de experiência, entrevistas e exame de documentos mostram uma sequência temporal da implementação do grande plano de investimento. O estudo mostra impactos diferenciados no envolvimento político e na criação de subjetividades variáveis relacionadas ao seu tratamento não relacionado à remoção e os efeitos em sua vida pós-deslocamento. A interação com ONGs, organizações religiosas, agências governamentais e grupos sociais aliados provoca diferentes compensações, omissões e promessas, incluindo despejo, reassentamento e compensação monetária em dois estágios diferentes, usando táticas de desmoralização, metamorfose institucional e abandono planejado. Todos esses aspectos mostram a criação de cidadanias diferenciadas.

Palavras-chave: Copa do Mundo, Deslocamento, Moradia Urbana, Recife, Cidadanias.

Remoção forçada gera enfrentamentos e repercussões vividas diferentemente pelos sujeitos alvos da remoção. Na preparação para a Copa

a Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular Aposentado, Pós-Graduação em Antropologia. Email: rparryscott@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>

b Université du Québec en Outaouais - UQO, Canadá. Doutoranda em Ciências Sociais. Email: alicebmm@gmail.com <https://orcid.org/0009-0007-1320-3973>

c Instituto Federal de Pernambuco - Campus Barreiros. Professora. Email: nubiamichella34@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-5846-8130>

de Mundo em Pernambuco (2014) removeram centenas de famílias, milhares de pessoas, em duas etapas planejadas. Este estudo enfatiza o deslocamento forçado na Região Metropolitana do Recife (RMR) e a co-construção de cidadanias diferenciadas (Holston 2008:88) de sujeitos removidos. Trata essa remoção como uma margem onde se instalam e reinstalam noções de cidadania. Primeiro apresenta a sequência de tempos de planejamento – lento, acelerado, e de fuga – marcado pela transitoriedade e limitada negociabilidade do projeto, formando uma instância oportuna não replicável de investimento do Estado e do setor privado que (re)afirma relações diferenciadas com cidadãos. Evidencia a territorialização imaginada no planejamento, a completude da remoção e a incompletude da obra em si. Um detalhamento etnográfico da atuação de sujeitos-chaves nas duas etapas sucessivas de remoção em função da participação pernambucana na Copa do Mundo de 2014. Ressalta ambiguidades e alianças internas e externas na confecção das relações e subjetividades situadas no significado do território como espaço para investir ou como espaço de viver. Na parte final, discute diferenças entre cidadãos afetados pela remoção e usa o quadro de referência da moralidade técnica, e identifica táticas do estado de favorecer alguns sujeitos e escamotear a maioria.

Uma margem oportuna: planejamento, tempo, sujeitos cidadãos

Entendemos a margem (Das & Poole 2004) como uma instância privilegiada da enunciação do imaginado controle e jurisdição da aplicação do projeto incompleto do Estado. Um grande projeto de desenvolvimento/investimento é uma oportunidade de performance plena e diferenciada do trato com cidadãos. Anunciar um projeto cria uma margem transitória de confrontação e negociação entre Estado e Cidadão que repercute na subjetividade no espaço físico e simbólico perfilado pelo projeto.

Planejamentos urbanos são feitos primeiro às escuras entre parceiros e depois divulgados publicamente como planos e projetos. Damo & Oliven (2013) fazem uma interpretação etnográfica da cerimônia

de divulgação da seleção do Brasil para sediar a Copa de Mundo. Mostram a dificuldade de descobrir a mobilização anterior de planejadores, formando parcerias para candidatarem-se a cidade-sede. Critérios supostamente técnicos incluíam criar condições de receber bem jogadores e torcedores em estádios novos ou reformados dando uma impressão positiva do país e assegurar a viabilidade economicamente sustentável dos espaços associados aos estádios com contratos favoráveis aos parceiros. A participação num megaevento de dimensões extraordinárias foi ‘um momento oportuno’ de exibição e performatização do Estado. Articulou processos de planejamento, execução e aproveitamento/abandono, em doze cidades, com diversas combinações de parcerias e de remoções.

Tempos oportunos extraordinários reafirmam práticas cotidianas de alguns sujeitos e questionam outros, produzindo inclusões e exclusões, aniquilamentos e redimensionamentos nas margens do Estado (Das & Poole 2004; Holston 2008; Agamben 1998; Mbembe 2018). Reforça cidadanias diferenciadas, individuais e coletivas. Sujeitos com atividades diferentes nos espaços de vida afetados pela ação do projeto são tratados desigualmente na hora da remoção. Todos, desde o sujeito ‘aniquilado’ ao beneficiado se envolvem na continuada construção de novas faces da relação do Estado e seus aliados na administração das margens antes, durante e depois da remoção. As margens se redesenham com cada ação numa mútua construção desigual entre pessoas e Estado. Ser ‘removível’ (Ver Yiftachel 2020; Kopper & Richmond 2021) suscite práticas e posturas que validem e invalidem suas atuais e futuras relações do sujeito nos seus tratos com outros, próximos e distantes, criando múltiplas noções do seu merecimento ou desmerecimento.

Acompanhar longitudinalmente pessoas deslocadas pelo Estado recupera instâncias anteriores e posteriores à desapropriação para entender acordos e disputas na construção da pessoa e do Estado decorrentes do projeto em implantação. A remoção é uma regra como prática histórica da incapacidade do Estado de garantir o direito à

moradia aos brasileiros. A relação entre pessoas e acesso à terra e moradia se baseia em exclusão via compra desde a Lei de Terras em 1850, dificultando acesso a escravos recém libertados e destinando os pobres à autoconstrução nas periferias das cidades. O país continua com políticas públicas de habitação deficitárias. Quando aparecem ‘projetos de investimento’ envolvendo terras, a população enfrenta remoções forçadas, sob justificativas de ‘ilegalidade’ questionando o status formal e moral da moradia. Urbanização construída com população pobre e negra que não tem garantia ao direito à moradia pelo Estado, tornam o Estado o maior executor de remoções forçadas. O Estado usa a justificativa da ilegalidade da moradia para demolir casas, quando historicamente a ausência de política habitacional obrigou as pessoas a construir casas em territórios com disputadas legalidades

Judicialização é abrangente e onipresente para legitimar ações no trato entre o Estado e cidadãos. O Estado invoca a lei e os sujeitos recorrem a ela para reaver ‘direitos desrespeitados’. A nova *Secretaria Executiva de Desapropriações* (SEDES) na Procuradoria Geral de Pernambuco foi criada na preparação do RMR para a Copa. simboliza a proeminência de exclusão judicializada. A escolha de uma política de exclusão, norteadas pelo novíssimo ‘*Manual de Procedimentos*’, promoveram colaboração interna administrativa na SEDES entre planejadores, representantes legais, engenheiros e assistentes sociais.

As etapas de desapropriações tiveram duas fases temporais: tempo lento de planejamento e tempo corrido de execução (Scott *et al* 2015), seguidos por um terceiro tempo: de fuga. As duas fases de remoção na Copa em Pernambuco se diferenciam. A primeira (Jardim Penedo) ocorre no tempo de planejamento, a segunda (Loteamento São Francisco) no tempo de execução direta do megaprojeto. Os sujeitos foram acompanhados em três pesquisas independentes, convergentes e articuladas. As ações realizadas com e por estes sujeitos nos períodos de planejamento, execução e fuga do projeto da Arena são narradas com ênfase na atuação sujeito/Estado. Todos mesclam elementos de inclusões e exclusões reveladoras de múltiplas inserções nas margens.

Os sujeitos tiveram histórias próprias de que os levaram a residir e atuar no espaço cobiçado pelo megaprojeto. A dimensão ‘mega’ do projeto acelerou a perda de marcadores da sua existência social relacionados ao lugar. Todos desenvolvem esforços de reconstruir sua vida e subjetividade depois de atingidos. Trato desigual em relação a compensação de perdas dos sujeitos no território intensificou distinções entre categorias de cidadãos.

Imaginando territórios: Estado, cidadão e sumiço

O governo do Pernambuco apresentou-se como administrador comedido em gastos, mas de grandes resultados. Formou uma parceria público-privada (PPP) (Moura *et al* 2015; Lira 2019; Costa 2013) com uma grande empresa – Odebrecht. A empresa assumiu uma parte mínima das despesas e negociou contratualmente acordos de segurança de lucratividade/viabilidade. Pernambuco figurou nas



Mapa 1: Polos de Desenvolvimento Planejado na Região Metropolitana do Recife.
Fonte: (imagem criada por Ramilly Assalti de Araújo).

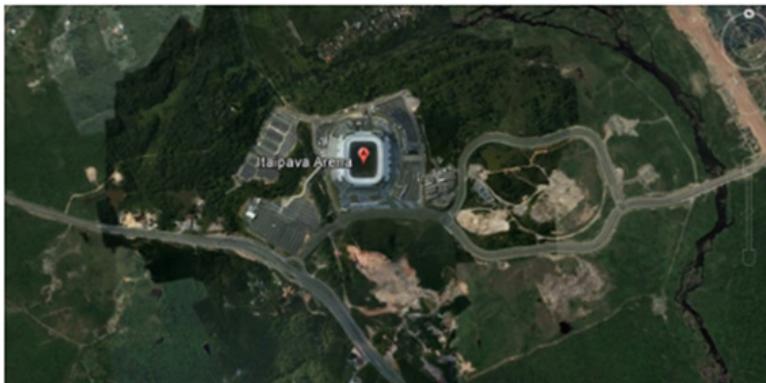
listas de estados que menos gastaram. Escolheram um território pouco dispendioso para implantar o projeto da Arena e da Cidade da Copa², numa área pouco habitada, contígua a uma região mista de preservação ambiental. Divulgaram uma articulação de planejamento “da criação de uma nova centralidade urbana (do Oeste Metropolitano) do Recife” (Mello 2015). Simbolizando o novo desenvolvimento, elaboraram um projeto arquitetônico futurístico e tecnologicamente avançado, de renovação/expansão urbana. Planejar a chamada ‘Cidade da Copa’ estreitou cooperação entre o Estado, seus planejadores e outros empreendimentos.

A simbologia imagética pública do projeto criou embate entre uma narrativa desenvolvimentista limpa e outra de ocupação desordenada, suja e ilegal das margens da cidade. A Arena virou força motriz para uma movimentação de renovação, centralidade metropolitana e implantação da Cidade da Copa, sem poder extrapolar prazos definidos pela Comitê Internacional da Copa. A limpa Cidade da Copa somente se materializou no papel: tecnologicamente avançado, inovador, ecologicamente reciclador, prédios luxuosos, centros de compras diferenciados, cercado e protegido num ambiente natural preservado capaz de repelir invasões de ocupantes ‘sujos’ e ‘desordenados’, de rendas menores. Satisfaria a vontade dos que poderiam arcar com os custos do privilégio de estar perto da natureza, sem renunciar seu conforto. (Mapa 1)

Nas ‘margens’ escondidas do projeto planejadores sugeriram que uma pequena proporção das edificações seria destinada como novas moradias para populações removidas³. Nada disso foi construído. A simbologia de se apropriar de um território vazio, sujo e inútil representado como ‘limpo’ e ‘desobstruído’ virou mais importante que construir qualquer coisa além do estádio e seus ramais de acessos. Nenhum espaço foi destinado à restituição da moradia dos desapropriados.

A prática era: medir imóveis no território, inventariar benfeitorias e propor indenizações monetárias. O dinheiro do Estado criaria

um terreno limpo para realizar cinco jogos da Copa do Mundo, sem fazer vergonha à imagem do país no exterior, nem da cidade no conjunto das cidades-sedes. O preço das entradas às partidas tornou-as inacessíveis à população local.



Mapa 2: Fotografia aérea e rendição de projeto arquitetural do projeto: Arena Pernambuco e Cidade da Copa e ramais - vias de acesso. Fonte: (Google Earth, e imagem criada por Ramilly Assalti de Araujo).

O potencial do PPP de gerar danos à população foi capturado por movimentos populares de direito à cidade e à moradia apenas quando

os planos estavam em execução. Em 2011 o *Comitê Popular da Copa* nacional, articulado com instituições internacionais com a Organização das Nações Unidas, anunciou que iria defender direitos dos atingidos em cada cidade. O movimento nacional tinha doze comitês locais. Juntaram grupos de defesa de direitos e justiça, associações comunitárias, grupos ecumênicos, jornalistas, associações e instituições internacionais de direitos humanos, estudiosos e simpatizantes. Apoiados nas suas articulações prévias, confiaram mutuamente em ação popular. As ações insistentes estabeleceram uma porta semiaberta para diálogo, denunciando injustiças e violações de direitos, tanto à Secretaria do Controle Interno da Presidência da República quanto em muitas manifestações públicas. Muitos mediadores interagiram criando uma densidade de ações. Abundaram reportagens da mídia *mainstream* e alternativa, seminários, relatórios, filmes, e protestos de rua. Essa junção de protagonismos populares de desapropriados e impactados somente se tornou visível no período de execução do projeto! Ganhou reforço com os protestos de junho de 2013 questionando prioridades das políticas públicas, (Harvey 2012; Rolnik 2014), incluindo cartazes proclamando '*Mais hospitais, menos estádios!*'

Neste cenário as vidas dos sujeitos de Jardim Penedo e do Loteamento de São Francisco são transformadas. Vejamos alguns interlocutores, condições e práticas na construção disjunta de cidadania no projeto (Holston 2008). A observação longitudinal desse megaplano de investimento mostra relações redimensionadas de sujeitos na interação com o Estado.

Arena Pernambuco e Jardim Penedo

As subjetividades políticas constantemente reconstituídas nas negociações intensiva nas margens do Estado (Das e Poole 2004; Biehl e Kleinman 2005) são colocadas em rota de colisão em torno obras do projeto da Arena. A comunidade de Jardim Penedo existia há décadas na área declarada pelo governo como uma combinação de áreas de preservação e *Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)*⁴. Tinha presen-

ças limitadas do Estado e divisões territoriais nebulosas entre os espaços ambientais e empobrecidas. Desde os finais de 1970 documentos governamentais categorizam o ambiente como “de muitos recursos naturais, matas e rio, e de vazio demográfico”. O “desenvolvimento estratégico” do projeto Cidade da Copa o Estado veio mudar isso. (CONDEPE/FIDEM 2011).

Os residentes, antigos ou não, eram descritos como ‘ilegais’ por morar em área pública. Não podiam registrar a propriedade. Enquadrados como ‘posseiros’ e invasores, viraram ‘impedimentos’ das obras – ‘sujeira do terreno’. Excluídos dos benefícios, a defesa de suas vidas, seus interesses e investimentos catalisaram o afloramento de subjetividades políticas, individuais e coletivas, arranjos criativos permeados por riscos, reação e resistência (Asad 2008:45).

A retirada da comunidade começou no tempo do planejamento, quase sem diálogo sobre o que seria feito no local. O governo realizou, silenciosamente, modificações na legislação para regimentar remoções e atender às exigências da FIFA para obedecer seus prazos. Na legislação municipal alteraram a definição do uso dos 240 hectares do território da comunidade de ‘ZEIS’ a “área de utilidade pública”⁵, diminuindo a burocracia legal e o tempo para ‘limpar o terreno’.

No seu estudo retrospectivo, Silva (2019) usa documentos oficiais, mídia, entrevistas e visitas pós-remoção para examinar a área que era Jardim Penedo três anos depois da última remoção. O cadastramento⁶ realizado por empresa contratada em 2009 identificou 333 posses⁷ para contabilizar valores indenizatórios pelas benfeitorias feitas à terra. Fotografias e descrições no documento comprovavam que a maioria dos moradores aproveitava o espaço como lugar de moradia e trabalho. Plantio de roçados, hortaliças e árvores frutíferas e criação de animais de pequeno porte, voltada ao consumo próprio e à geração de renda eventual, predominavam. Houve poucos animais de porte maior e algumas posses com piscicultura de tanques de peixes ornamentais.

Esse espaço, povoado com habitações autoconstruídas, estava longe de ser um ‘matagal’, como representantes do Estado o caracte-

terizaram. Com a única exceção da energia elétrica, uma ‘conquista comunitária’ em 2007, o terreno, ignorado pelo poder público por décadas, era sem equipamentos comunitários, saneamento e serviços públicos essenciais, escola ou posto de saúde. Um território com poucos investimentos do Estado possibilita uma narrativa desenvolvimentista de potenciais novos benefícios para o uso seguindo prioridades dos planejadores, (não dos moradores), favorecendo atos de remoção.

Os antigos moradores chegaram à comunidade através de pessoas conhecidas, moradoras nos arredores. Elas trouxeram amigos para residir próximo, buscando segurança para casas e terrenos, quando iam aos distantes locais para compras, já que o comércio local era fraco e vulnerável. A venda de terrenos era por preços módicos, por não poder formalizar propriedade. Os de maior poder aquisitivo compravam vários terrenos menores contíguos, mesmo sem morar e com outras pessoas tomando conta de suas atividades no terreno. A comunidade tinha suas desigualdades.

Sem a propriedade do terreno, os moradores sentiam o risco eminente de serem retirados da área. Em 2004 houve ação de reintegração de posse. Nunca houve transparência sobre o destino planejado dessa reintegração, enfraquecendo o poder de negociação do Estado. Depois de reunir com 70 moradores, o Estado recuou, desistindo da ação. Deixou a comunidade mais unida, criando a Associação de Moradores. Nas primeiras medições das posses para o projeto da *Cidade da Copa*, a comunidade usou esse canal de referência para a luta organizada.

Dona Josefa, 70 anos, viúva, agricultora, expôs a complexa mobilidade de famílias com poucos recursos em assegurar a ocupação da terra. O marido, em suas andanças para coletar lenha, ‘invadiu’ um ‘pedacinho’ da área. Começou a plantar macaxeira, inhame e batata para ajudar a família a complementar a aposentadoria. Josefa cozinhava e apoiava o marido, voltando para a casa da filha à tarde. Depois de oito anos ele adoeceu. Ela decidiu se mudar de vez, junto com uma filha e netos, para a comunidade. Ocuparam o pequeno terreno em 1994, morando continuamente desde 2002. Sofreram duplamente no

processo de remoção, intensificando a sua percepção da desigualdade interna da comunidade. Ela dizia:

“Tinha rico...[mas] os pequenos lá que nem eu e outros e outros, uns pedacinhos que era pequeno, porque não dava pra gente criar muito. A gente só criava galinha, essas coisas – besteira. Já tinha rico, porque quando chegou, o meu marido pegou esse pedacinho.... a gente ficou com um pedacinho de 30 metros. Digamos, mais ou menos por 25 a largura, só. Porque a gente não podia, não. Quando a gente chegou lá nem o povo que era mais ou menos, não queria deixar ninguém entrar nem pra morar. Tinha um buraquinho, pronto. Aí foi que mais gente foi invadindo no meio dos ricos. Sosseguei. a gente que precisava, morava, né?” (Josefa, 2017).

Para ela, as pessoas ricas⁸ ‘não precisavam’ invadir, só passavam o fim de semana. Quem precisava invadia ‘pedacinhos’. Essa localização moral julga, classificando ‘legitimidade’ através da moradia para sustento modesto. Como sujeito político pobre, existia distanciamento entre um ‘nós’ (pequeninhos) e os ‘outros’ (ricos). ‘Ricos’ residiam esporadicamente. Pequeninhos residiam diretamente na falta de outra opção. A susceptibilidade dos pobres limita o envolvimento na associação, A esperança na promessa vaga do Estado de uma casa como recompensa enfraquece a resistência.

O que criou ‘desassossego’ foi a questão do direito à propriedade através da usucapião. Luísa, colaboradora do João⁹, presidente da associação, ressalta que nunca conseguiram formalizar o direito, pois, “as pessoas do governo sempre ficavam protelando”. Ela notou que a participação na Associação se dividia entre os mais atuantes que tinham investimentos na área, e os ‘menos esclarecidos’, ‘matutos’ com menor patrimônios que tinham a atitude “se sair, infelizmente vai sair”. Para assegurar a capacitação e envolvimento foi necessário muito convencimento da direção junto aos ‘mais simples’.

Uma referência nessa luta foi o próprio João, um técnico de mecânica com esposa e três filhos, que comprou uma posse para morar em 1999. Referia à sua morada afetivamente como ‘um sítio’. Ele li-

derou a Associação desde o início. Fragilizada e vulnerável, a comunidade se preparava para enfrentamentos futuros. Realizavam reuniões na casa de moradores para reivindicar melhoras ao Estado. João falou

“A gente sentiu a necessidade de estar agrupado numa condição de querer saber mais sobre a terra, o porquê queria a terra de volta, ...ninguém aparecia lá pra nada. Só aparecia gente pra fazer coisa errada, pra coisa certa ninguém aparecia. E queria estrada, queria ônibus”. (João 2017).

As reuniões mobilizavam moradores buscando melhorias. Fizeram mutirões nos domingos para construir a sede em ambiente de farrá, num terreno doado por vizinho. A instituição religiosa católica com finalidades evangelizadoras e humanitárias ‘*Trabalhando com Deus*’¹⁰ colaborava. De dimensões internacionais, desde 2005 possuía galpões, uma casa de recuperação de ex-usuários de drogas e casas próxima a área. Estava se expandindo no Jardim Penedo, enquanto doava cimento, areia, tijolos, dinheiro e mão-de-obra para estruturar a sede. A Associação aproximou o Estado à comunidade, tomando para si parte do crédito da continuação da ‘conquista’ de energia elétrica para a comunidade e oferecendo suporte aos agentes de saúde que a cada três meses visitavam a área.

A instituição religiosa ‘*Trabalhando com Deus*’, fundada a mais de trinta anos como braço carismático da evangelização católica, ativa em Jardim Penedo desde 2007, dois anos antes do anúncio oficial da remoção, tinha outra percepção das possibilidades. Vizinha da comunidade, tendo 40 hectares, diversas casas, salões de reunião e igreja, ela expandia, comprando terrenos por preços módicos na área a ser desapropriada. Iniciaram a construção num condomínio projetado com nome de ‘Sagrada Família’, para voluntários da Instituição. Alegando desconhecimento de ser propriedade do Estado, disseram que os vendedores eram ‘povo simples’ que podiam ter direito a usucapião. “Compramos uma casinha assim e [...] alguns terrenos ao redor dela e começamos a construir pra comunidade externa que ia pagar depois. Só que começou aquela... cogitando arena para a Copa”.

A instituição tem cuidados para ser pouco transparente quando indagada sobre os efeitos da remoção nas suas atividades, relegando a passagem de informações detalhadas a Socorro, assistente do diretor, Salvador, pouco acessível diretamente. Afinal, a instituição possuía construções irregulares em uma área do Estado. Também, depois dos jogos, virou usuária privilegiada da Arena Pernambuco, realizando grandes eventos religiosos angariando fundos para suas muitas missões de evangelização.

Socorro ressalta que a remoção trouxe ganhos indenizatórios. Era uma instituição idônea, conhecida e versada nas questões burocráticas. Não precisaram da Associação de moradores para negociar com o Estado.

“a gente foi lá e disse: ‘olhe, nós somos, compramos... já tá construindo casa pro pessoal e tá ensinando...’. ‘Num tem problema, não, a gente indeniza’... indenizaram muito direitinho, sem trauma, sem nada. Pagaram tudo! Foi tudo tranquilo, que a gente tem um trabalho na igreja, né?” (Socorro).

Uma ampla e justa indenização, feito tecnicamente, com ajustes, incluindo tudo, até coqueiro e outras árvores! Mesmo que o terreno fosse do Estado: “tivemos ganhos. Não saímos prejudicados de jeito nenhum! Com o dinheiro recebido a instituição investiu na propriedade do outro lado da comunidade”.

Outras negociações não foram idênticas. Em 2009 uma empresa contratada pela CEHAB, iniciou a topografia. Os moradores nos afazeres diários foram surpreendidos pela empresa que mediu, sem aviso anterior, suas casas. O início abrupto gerou aflição. Souberam da remoção pela equipe na hora da medição, sem mais detalhes, sem dizer quando.

“Eles vieram de porta a porta porque era turma terceirizada. E disseram ‘Oh, vocês vão sair’ e começaram a medir o que a gente tinha. Assim, as casas, terreno, o que tinha eles mediram, fizeram uma planta, uma planilha e a gente não acreditou, né? Porque não imaginava que viesse uma construção de tamanha proporção, né? (...). Pra cá! Que beneficiou muita gente, né? A gente não pode

dizer que ‘NÃO’ ... Até mesmo porque, como éramos invasão pra eles, não tinha importância nenhuma, entendeu? Era muito mais fácil tirar ... Muitos foram bem indenizados, outros não. a gente não podia fazer nada. Era pegar e sair caladinho” (Moradora 2017).

A comunidade solicitou aos órgãos responsáveis reuniões e audiências com representantes do Estado. Na comunidade eram proibidos de plantar ou realizar modificações nas suas casas, sob a patrulha da polícia militar. Nas reuniões na associação de moradores os representantes do Estado davam poucos detalhes sobre os processos de indenização e remoção. A única certeza dos moradores era que “iriam sair”. Nas reuniões, presididas por João, negociavam coletivamente o ajuste de erros constatados nas medições e valores. Procurou equiparar preços de árvores frutíferas (coco, manga, etc.) com idades diferentes. Negociou preços pelas casas, cercas, tanques de peixes (benfeitorias) e pelas culturas. A permanência no lugar não podia ser negociada. Era uma negociação reduzida, ‘para não sair sem nada’.

O governo iria pagar valores diferenciados para as casas em virtude do material construtivo. A partir da ‘negociação’, chegaram a um acordo:

“[...] casa de taipa e de lona, essas coisas, na tabela da FETAPE ela tinha um valor. Acho que era de 176 reais o metro quadrado. E a casa de alvenaria de 560, com revestimento. Aí a gente negociou. O governo foi esperto, porque essa negociação, ele não investiu. Trouxe o de cima pra o meio e trouxe o de baixo para o meio. Então, ele juntou, fez uma média e todo mundo foi indenizado ao metro quadrado em 350 reais” (João 2017).

Essas equiparações de preços de indenização aliviaram a resistência. Josefa falou que trouxe contentamento citando o então governador Eduardo Campos, “Porque o pequeno nasce, a gente planta, cresce e vai pôr fruta. Ia ser tudo igual. Aí, o pessoal saiu em festa”.

Não aconteceu a mesma ‘festa’ com os piscicultores. A negociação se limitou ao pagamento dos tanques revestidos em cimento, sem nada para os peixes ornamentais, havendo polêmica sobre como quantificar.

Como ninguém saiu ‘sem nada’, alguns moradores sentiram que houve negociação e vantagens. Eram margens suprimidas pela condição de ilegalidade, provocando dissimetria no cenário de resoluções e indenizações. Tratados como ‘ilegais’ em ‘terra de utilidade pública’, menos respeitados desde o começo, a única coisa a negociar eram benfeitorias. A mobilização coletiva era alternativa válida principalmente para quem investiu alto na terra. Foi necessária, mas com participação precária, dos ‘pequeninhos’ - os mais prejudicados na remoção forçada, aumentando o fosso das desigualdades sociais.

Após a contabilização da posse, o pagamento foi feito por etapas pelo Estado, fragmentando a intensidade da resistência dos moradores. Foi um instrumento de controle bastante coercitivo. Individualizado e terceirizado, o termo assinado finalizava condicionando a entrega da indenização aos documentos pessoais estarem corretos. As pessoas ficaram com medo de levar para a justiça e perder tempo, ser ‘rejeitadas’ e não receber nada por serem considerados ‘ilegais’ como lembravam os representantes do Estado.

João lamentou o não cumprimento da parte do acordo, também feita extrajudicialmente, com famílias, que receberam abaixo de 32 mil reais: valor insuficiente para comprar uma casa. Os negociadores prometeram uma casa num conjunto habitacional governamental em São Lourenço. Explica:

“O governo passou a ir pra Associação e fazer essa negociação lá. A gente não ia mais, não foi mais no Palácio, ele passou para ... o Ministério, a Secretaria de Educação, mas passou a ser tratado pela Secretaria de Habitação. Depois ficou de secretaria em secretaria, porque quem paga, quem não paga, quem negocia, quem conversa. Era uma coisa meio confusa, coisas de governo. ... Esse conjunto não foi feito. Então, essas pessoas gastaram o dinheiro e ficaram à deriva! Hoje moram em margem de rio, em barracos” (João 2017).

Dona Josefa foi uma dessas pessoas. Ficou triste por ‘sair numa boa’, receber os 25 mil, ‘bater tudo’ nas ladeiras e não conseguir comprar uma casa. O marido faleceu. Ela mora atualmente na casa pequena da filha e genro sem receber auxílio-moradia ‘enquanto es-

perava a casa' como acordado na hora de sair. Ela e muitos outros "Saíram vítimas!" apontando o efêmero Secretário Especial da Copa como responsável. Chamada pela Secretaria de Habitação seis anos depois, esperando uma solução, apenas ouviu uma funcionária dizer que havia um problema de coincidência de nomes e iria verificar a situação. Mandou assinar, pediu o documento de identidade e, sem devolver, disse que depois telefonaria. Dona Josefa se solidariza com muitas das 190 pessoas 'pequeninhas' abaixo de 30 mil reais (57% dos 333 no cadastro, sendo 65 abaixo de 10 mil reais) que, diante da promessa descumprida de uma casa para algumas delas, tiveram ainda mais dor e sofrimento que ela: "Eu sei que teve gente pior do que eu, teve gente, né?"

Loteamento São Francisco

Quando ocorreu a remoção de moradores do bairro Loteamento São Francisco na cidade de Camaragibe¹¹, três anos depois, os adesivos, colados nas paredes de todas as casas pela mesma empresa terceirizada que agiu em Jardim Penedo, chamavam atenção a todos. Criou um clima de medo e incerteza. Falavam que as casas seriam demolidas, sem informações detalhadas nem de quando, nem do porquê. Teve quem parou de trabalhar por querer estar lá qualquer hora que podiam vir derrubar sua casa. Outras relataram o desmaio duma vizinha quando ouviu o valor que seria pago pela casa. Outras ficaram doentes, com pressão alta, tontura e depressão. Era aflição generalizada.

As remoções seriam para providenciar uma via de acesso à Arena Pernambuco, em plena construção. Também ampliariam o terminal integrado de ônibus. Essa intervenção estatal, oficializada por decreto pelo governo estadual, proclamou a área residencial 'de utilidade pública'.

Havia uma semelhança chocante com as letras 'PR' (Príncipe Regente) que marcavam casas de moradores do Rio de Janeiro antes da chegada da família real ao Brasil, em 1808. A prática de marcar fisicamente casas 'indesejadas' se estende do século 19 até os dias atuais.

Na Região Metropolitana do Recife, os imóveis que seriam demolidos para a passagem das obras para a Copa do Mundo de 2014 tinham a SMH (*Secretaria Municipal de Habitação*) marcada com tinta vermelha e azul. É inegável a continuidade da lógica colonial no planejamento das cidades até os dias de hoje.¹²

No Loteamento a maior parte das famílias sentia segurança de posse por ter documentos de titularidade do terreno. Historicamente grande parte das remoções ocorre em áreas onde as pessoas não possuem a titularidade. Neste caso, a intervenção estatal gerou insegurança de posse em propriedades legais. A maioria das casas do Loteamento era de alvenaria, térreas ou com primeiro andar, com árvores frutíferas e pequenas criações de animais. Existiram diversos comércios (salão de beleza, lanchonetes, etc.), algumas igrejas, três escolas, um posto de saúde, acesso ao sistema de transporte público, abastecimento de água e luz e rede de saneamento.

A Copa das Confederações, em 2013, precedia a Copa do Mundo de 2014, sendo um teste sobre a prontidão dos eventos na RMR. O Brasil se comprometeu a atender os pré-requisitos da FIFA de boa acessibilidade e equipamentos de segurança nas arenas de futebol. A *Cidade da Copa* não se fazia, mas a Arena Pernambuco, para 46 mil torcedores, foi completada dentro do prazo. O ramal da Copa, via de acesso à Arena que deslocou a população, funcionou precariamente. Nunca foram concluídos nem a via nem a ampliação do terminal de ônibus prometidas.

Legalmente, a lei de desapropriação por utilidade pública de 1941, sustentou o processo de desapropriação em duas etapas: a primeira 'declaratória', destinando a área ao uso público, definindo os imóveis atingidos, dando direito às autoridades de entrar na propriedade para avaliar; a segunda 'executória' abrangendo os serviços para desapropriação, levantamento cadastral socioeconômico, recolhimento dos documentos e avaliação dos imóveis.

A única opção de compensação oferecida aos 200 moradores foi indenização monetária ao titular. O cálculo para definir o valor a ser

pago considerou apenas as dimensões da casa e do terreno, sem levar em conta a valorização por equipamentos de infraestrutura existentes no bairro, unidades de saúde, as escolas públicas nem a rede de comércio local.

Geraldo, 72 anos, um dos moradores mais antigos do bairro, comprou sua casa em 1975. Morava com a esposa e filho de onze anos. Depois dos adesivos colados nas casas, Geraldo tentou mobilizar a comunidade. Entretanto, reforçado pelos agentes do Estado, os moradores o chamavam de ‘louco’, numa tentativa de desmoralizá-lo. Geraldo ia de casa em casa conversando com os moradores, falando da importância deles se unirem para resistir. Ele dizia, solitariamente, “uma andorinha só não faz verão”. Na comunidade não tinha associação. Geraldo teve a sua subjetividade política moldada negativamente a partir do evento crítico da remoção. No tempo da execução da obra Geraldo recusou abandonar a casa na hora determinada. Era considerado ainda mais ‘louco’ na comunidade, incentivado pelos desapropriadores.

Ele relata a ‘falta de humanidade’ da remoção:

“Aconteceu aquele distúrbio, aquela falta de humanidade da parte dos homens. Isso é falta de humanidade, desapropriar uma pessoa que tem seus direitos, como nós tínhamos. Desapropriar, botar a máquina por cima. Porque se não saísse, eles botavam a máquina por cima” (Geraldo).

Esgotado o esforço isolado de não abandonar a casa, saiu do Loteamento, separou da esposa e comprou casa num bairro vizinho, numa área íngreme, de invasão. Foi a única que conseguiu comprar com o dinheiro disponível. Descreve as ‘medidas’

“Minha casa de lá era grande. Dois quartos, sala, cozinha, banheiro, terraço, área de lavar, quintal. Era 10 por 15. A sala 3 metros e meio. O quarto 3 metros e meio. O terraço, 2 por 3. O outro quarto era 3 e meio por 3. E a cozinha era enorme, 3 metros por 5. Tinha pé de fruta, pé de coqueiro, pé de planta. Pé de ervas medicinais. A diferença é grande em tudo. Lugar plano, lugar baixo” (Geraldo).

Em setembro de 2015, comentou sobre a depressão que sentia desde a demolição de sua casa. O restante da indenização não tinha sido liberado quando Geraldo faleceu, alguns meses depois dessa conversa. Mesma separada, a viúva ainda aguarda o restante.

Luiza, 59 anos, era dona de uma escola no Loteamento São Francisco onde aconteciam as reuniões do coletivo criado para resistir ou negociar. As atividades da escola seriam afetadas. A casa dela ficava, por pouco, fora da área diretamente afetada pela remoção, mas os efeitos da remoção caíam sobre a escola, frequentadores dela, amigos e vizinhos. A escola ficou como sede do coletivo instituído para lidar com a remoção. Ela foi entre os mais dedicados à defesa da comunidade. Era simultaneamente uma pessoa ‘de fora’ e ‘de dentro’, ativa politicamente na resistência às violações de direitos promovidas pelo Estado. A ameaça de remoção e as exigências do Estado de documentos cartoriais fez ela resgatar as origens do bairro, desde a década de 1960. A intervenção estatal ressignificou os documentos oficiais da casa e do terreno. Ela conta:

“É Loteamento Parque São Francisco na verdade, o primeiro nome dele foi esse, acho que ainda existe o documento.... Ele é desmembrado da gleba do Engenho Timbi, não sei o que lá. Depois que começou a sair [remoções], tive curiosidade de ler os documentos, sabe?” (Luiza).

Seu avô comprou terreno para sua mãe. A documentação ficou no nome da mãe. Antes toda a área pertencia a Francisco Correia de Araújo, dono de engenho bem católico, doador de terrenos para construção de igrejas. A divisão do restante da área foi feita em lotes na mesma época, adquiridos e transmitidos entre as gerações.

“... [Francisco] loteou e era bem baratinho, porque a gente tinha o poder aquisitivo muito baixo, mas a gente pagava mensalmente. Eu ia com meu irmão, eu tinha nove anos...a gente dava a mãozinha e saía pra pagar lá no engenho” (Luiza).

A família construiu casa de taipa, onde moravam os pais e cinco filhos. Quando os pais faleceram e os irmãos casaram, ‘foi diminuindo’

do a família'. Foram melhorando a casa, pondo alvenaria e cerâmica. Ainda hoje moram ela, a irmã e uma tia. A construção da casa própria pela rede familiar é valorizada por Luiza e outros moradores, por representar o esforço próprio de pais, resultado de anos de trabalho.

Luiza ficou surpresa quando algumas pessoas falaram que aquela área tinha sido invadida. Documentado por ela, as pessoas compraram na época, e as que compraram depois, de terceiros. Um dos critérios para receber a indenização era ter toda a documentação do terreno. A propriedade 'legal' da terra é marcadora de diferença interna depois do início do processo de desapropriação. Os moradores enfatizam "temos todos os documentos da casa", "pagamos IPTU e conta de água e luz e temos documentos de titularidade". Alguns não possuem a comprovação, ou estão em espólio devido ao parente ter falecido sem atualizar da titularidade. Luiza disse "uma das coisas que inquieta ... é que a gente também não tem os pais, os donos primeiros da terra".

As gerações mais novas são impactadas. Taís, que vivia num lote com várias casas para integrantes casadas ou autônomas da família, mudou para distante. As famílias se juntaram de novo e o dinheiro recebido permitiu adquirir uma casa ampla a vários quilômetros da área desapropriada, onde todos se sentiam incomodados por estarem debaixo do mesmo telhado, mas distantes do lote das suas origens familiares. Mesmo indenizadas, se sentiram revoltadas com o Estado. Relatam sempre que uma das suas maiores alegrias foi a derrota de Brasil por 7 a 1 na Copa que as fizeram algozes. Era uma vingança simbólica contra o Estado!

Outros não tiveram indenização suficiente e ainda moram dispersos, alguns próximos, outros distantes, da área desapropriada do loteamento, que desde o final da Copa tem servido como garagem para ônibus e não via de acesso à Arena. Semelhante aos mais pobres do Jardim Penedo, quando não ficaram como população sem teto, estes moradores se tornaram residentes isolados desarticulados em outras comunidades ou residentes incorporados dentro das redes de parentes e vizinhos que procuraram solidariedade entre as pessoas mais próximas.

Sujeitos políticos, remoção e planos nas margens

O Estado cria margens da sociedade com projetos de investimento e administração realizados em parceria com agentes poderosos. O avanço seletivo da precariedade ocorre através de eventos específicos, temporalmente oportunos, que reforçam parcerias numa criação de cidadãos, sujeitos políticos claramente desiguais (Holston 2008). Remoção é um caso emblemático. Sejam as margens caracterizadas como de poder (Ortner 2006), de despossuídos (Butler & Athanasiou 2013) ou da precariedade (Butler 2010), suas dinâmicas de interação Estado-sujeito (Biehl *et al* 2005) ocorrem através de narrativas e ações de ‘*sociabilidade insuficiente*’ (ilegais, selvagens, descontrolados, etc.), operando através de ‘*pontos de controle*’ (com mútuas legibilidades e ilegibilidades sobre direitos, identidade e segurança) no exercício de ‘*práticas de disciplinamento*’ sobre territórios e corpos com biopoderes complexos (Das & Poole 2004:24-26). O Estado não fabrica ordem e sim se envolve numa co-criação de variados espaços nas margens, “constantemente redefinindo seus modos de governar e de legislar” em locais concretos e tempos transitórios.

Considerar o Estado como lugar de ordem favorece a narrativa que o que está fora do Estado seja lugar de ‘desordem’ ou ilegalidade. Os biopoderes complexos são produzidos quando o Estado se engaja na gestão da vida que produz categorias de pessoas “matáveis, aniquiláveis e dispensáveis nas margens”, nem valendo para sacrifício segundo Agamben (1998), ou vistas como mais ‘removíveis’ e de menor ‘merecimento’ (Yaftachel 2020; Kopper & Richmond 2021) Como aferem Das & Poole (2008:24), margens podem ser situadas como onde “outras formas de regulação emanadas das necessidades de assegurar sobrevivência econômica e política colonizam os locais de leis e de outras práticas do Estado”. Se de várias perspectivas se poderia dizer que as populações que enfrentaram remoção já viviam ‘nas margens’ o que se frisa aqui é que as margens examinadas são criadas, e depois ofuscadas, de acordo com projetos transitórios do Estado que participa de ações de investimento

articulados por grupos poderosos. Neste processo uma miríade de subjetividades políticas emerge entre as pessoas a serem deslocadas, fortemente influenciadas pelas suas alianças e usos diferenciados do território alvo de operações de ‘utilidade pública’ que imobiliza a defesa judicializada da população.

Atrás da variedade percebida nos relatos apresentados em Jardim Penedo e o Loteamento São Francisco, há elementos muito fortes nos quais quem usa a terra como espaço de ‘viver’ – morando e sociabilizando cotidianamente e extraindo sua sobrevivência de fontes locais é o mais ‘removível’. Sabendo que será removido, participam na negociação das condições, mas quando ilegais e mais pobres, a promessa (nunca cumprida) de uma casa ou outras compensações esmorece a sua disposição de lutar. Os mais estabelecidos com um sustento mais firme e com legalidade de posse passam por uma judicialização que faz o processo demorar e ficar fora do seu controle. Sentir-se judiado e passar processos de adoecimento e morte corporaliza este sofrimento. A sua percepção do Estado como agressor e adversário impávido é confirmado, e a capacidade de lutar dos que vivem modestamente da terra é ainda mais limitada.

Mas quando a remoção se aproxima a cidadãos que têm um amplo espectro de alternativas de mobilidade e uma base de sustento que permite continuidade da vida em outros local sem grande perda de identidade, seja como evangelizador ubíquo com uma instituição poderosamente centralizada internacionalmente, seja como possuidor de habilidades e recursos suficientes para ganhar a vida das suas outras capacidades e usar eventualmente o território, se mostra um cidadão que construiu um merecimento fora daquele território alvo de desapropriação. O próprio processo de compensação chega a reconfirmar essa legitimidade cidadã com soluções de compensação mais amenas.

A ilegalidade não é empecilho a uma boa compensação como se vê em Jardim Penedo. E ter legalidade não é garantia de boa compensação, porque quando há discordância é sujeito a verificação muito proteladora de legibilidade e correção em processos jurídicos.

Quando Biehl, Good & Kleinman (2007:5) conceitualizam subjetividades são muito cautelosos, preferindo uma perspectiva de inacabamento com constantes possibilidades de formar novas configurações de intimidades sentidas no que chamam “interconexões entre modos cambiantes de subjetivação e transformações de organização social, modos de produção, estrutura de conhecimento e formas simbólicas”. O removido no processo da *Cidade da Copa*, mesmo quando contou com apoios poderosos de movimentos sociais de defesa de habitação que trabalharam para fortalecer suas associações de moradores como centros de negociações, uma vez removido não contou mais, nem com as associações, nem com a continuidade de um apoio mais internacional. Nisso, a transitoriedade do projeto e sua divisão em tempos de execução que trouxeram visibilidade momentânea, não os tornarem isentos dos efeitos mais deletérios da inegociabilidade da permanência no território.

Em geral, remoções forçadas por projetos de desenvolvimento/ investimento fornecem quadros temporais de planejamento ‘lento e silencioso’, de execução ‘corrida e altamente visível’ e de fuga e abandono seletivo de sujeitos impactados negativamente. Num processo de ‘moralidade técnica’ (Scott 2012, 2022) arrola táticas de desmonte da eficácia política dos sujeitos mais vulneráveis tocados pela intervenção, escamoteando defesa de direitos, incluindo desmoralização, metamorfose institucional, abandono planejado e incorporação burocrática, todos permitindo que o Estado ‘inacabado’ pode se reinventar numa imagem de controle e disciplina limpo e com semelhança a ordem. Nisso, os removidos, quando são cidadãos sem outros meios que permitam que superem o processo de deslocamento com um olhar mais ameno do Estado, terão que enfrentar um Estado que foge das margens. Aumenta a desigualdade distanciando-os ainda mais dos que possuem os meios de resistir e evitar danos perpetrados pelo Estado. As práticas criadas pelos projetos em quadros temporais diferentes fabricam desigualdades.

Desmoralização: Durante o tempo lento de planejamento, em Jardim Penedo, os agentes do Estado os relegarem a inferiorização nas

negociações tratando os moradores como ‘posseiros’, ‘invasores’ e ‘ilegais’ num ‘matagal’ desordenado. Ergueram acordos para evitar a judicialização, potencial entrave nas desapropriações. Desmoralizar os sujeitos retira a legitimidade de seus espaços de viver (Escobar 2008). Após um recuo inicial no processo antecipado de reintegração de posse em 2004, a ilegitimidade mútua de legitimidade continua. Os moradores percebem uma imoralidade na prática de ricos que compram terra dos ‘pequeninhos’ por preços baixos e impedem o uso como lugar de viver, revertendo o território para especulação, lazer ou uso esporádico. A instituição religiosa, cujas práticas espelham os ricos ‘invasores’ ameniza críticas com obras de caridade evangelizadora. O mais imoral é remover pessoas a força. Não há perspectivas compatíveis sobre o que é imoral, havendo acusações mútuas de inteligibilidades que remetem a visões diferentes sobre o destino desejável do território disputado.

No Loteamento São Francisco a titularidade documentada dos moradores dificulta a prática de desmoralizá-los como posseiros para agentes do Estado, que ainda questionam a construção de várias residências num único lote. O Estado reconhecia apenas os limites legais da propriedade, deixando com que moradores nas outras casas, quase sempre parentes, entrassem em acordo com o dono do lote e da casa principal, normalmente da geração mais velha de uma rede familiar. O Estado não intercedeu em decisões entre parentes. Recomendar fazer um acordo em vez de que judicializar vinha acompanhado pela lembrança da impossibilidade de acelerar decisões no Fórum, ressaltando a falta de poder de meros moradores. As medições oficiais de lotes e casas geraram desconfianças possibilitando acusações mútuas de roubo documental/cadastral. O ‘jeito cruel’ de derrubar com muita velocidade as moradias e nem oferecer outras nem indenizações pronta e adequadamente constitui uma imoralidade para os removidos do Loteamento.

Metamorfose Institucional: No Jardim Penedo nunca se soube por quê o Estado queria a reintegração de posse em 2004. Do episódio

nasceu a Associação que uniu pequeninhos e ricos invasores, aliada à instituição religiosa e liderança efetiva defendendo direitos à moradia e a indenização de benfeitorias maiores. A companhia terceirizada que cadastrava e contabilizava cada posse não sabia dizer o que ia acontecer. Nas negociações os que tinham mais benfeitorias foram os mais ativos em definir termos de acordos sobre a precificação. Lidar com o Estado foi muito difícil, oscilando-se “de secretaria em secretaria”. O Estado não apresenta interlocutores nem estáveis, nem ágeis. A resistência à remoção ‘inevitável’ e as garantias de indenização se centram na Associação. Os pequeninhos desocupam as moradas e procuram onde ficar com indenização precária e incompleta. Uma vez fora do território, só resta a escorregadia assistência social, pois dissolveu-se a associação. O matagal está limpo. O dono do espaço limpo silencia sobre toda a remoção feita na etapa de planejamento.

Com as obras da Arena em finalização, um ano antes da Copa do Mundo, precisa acelerar a demonstração do país pronto para anfitrião do mundo. Correm para executar as vias de acesso ao estádio em áreas mais densamente povoadas. Desmembra-se o Loteamento São Francisco com interlocutores diferentes nesta remoção. O Estado e suas secretarias criadas para facilitar a desapropriação e acelerar o projeto confundem a interlocução. Sem uma associação de moradores ou outra coletividade os proprietários de lotes de duas ou mais gerações de redes familiares contaram com a mediação do *Comitê Popular da Copa*, trazendo o movimento popular para trabalhar junto com moradores atingidos e vários outros porta-vozes. Constituíram uma associação atuante e fugaz, para defender direitos diante do megaprojeto. Procuravam visibilizar a remoção que o Estado queria esconder. Manifestações de descontentamento ocorreram fora e dentro da comunidade. Mesmo alcançando o nível internacional de visibilidade, o caminho percorrido pela maioria dos moradores foi judicialização decepcionante no Fórum da justiça. A montanha russa de atores institucionais de diversas perspectivas

resultou limitante à defesa dos direitos. Os removidos, adoecendo ou não, empobrecidos, ficaram dispersos com indenizações baixas e incompletas e novos arranjos residenciais ficam sem grande diferenciação entre si.

Abandono Planejado: O Estado construiu uma Arena para a Copa planejando deixar nas mãos de parceiros privados. Altos custos de manutenção, dificuldades de acesso, suspeitas de corrupção e um contrato leniente com brechas tiraram esse parceiro do acordo. Nem o time de futebol escalado para usar a Arena como sede aceitou. Terminados os cinco jogos do espetáculo internacional, a avaliação negativa do 'legado', independente de tentativas de defesa dos estádios e algumas melhorias questionáveis no transporte público ficou. A narrativa da Copa como alavanca do progresso da renovação urbana e da nova centralidade da região metropolitana perdeu ressonância. A Arena permanece um desafio contrário à imagem de um investimento com bons resultados.

Se a Arena vira um peso econômico em relativo abandono ferindo a imagem de Pernambuco, foi mais sério o total abandono do projeto *Cidade da Copa*, emblema propagandística sobre as boas expectativas. Totalmente abandonado, em nenhuma hora enganou a população removida. Ela não se entendia como composta de candidatos a moradia num paraíso gentrificado. O Estado sempre dizia: vai ter que sair! As poucas casas para 'pequeninhas' do Jardim Penedo não foram entregues. O precário ramal da Copa tornou-se garagem de transporte coletivo. As associações de moradores não funcionam mais. O Movimento Popular segue outros eventos, alhures, ameaçadores de direitos, visibilizando a atualidade das suas causas. Na indenização o abandono mais planejado foi de acompanhamento e assistência aos removidos. A *Secretaria Especial da Copa* foi a primeira extinta. Em geral, a remoção criou uma margem urbana caracterizada por uma forte interação prejudicial entre o Estado, transiente e tentacular, e diversos sujeitos políticos que resultou numa *fuga* generalizada, distanciando-se da população removida e infligindo danos duradouros a muitos. A

fuga do estado foi uma fuga da sua responsabilidade que resultou no reforço de uma cidadania diferenciada.

O único ‘indenizado’ que retrata positivamente a experiência é o sujeito político coletivo da instituição evangelizadora, ainda mais fortalecida humanitariamente pela sua prática de recuperar usuários de substâncias químicas. Sua expansão irregular no território desapropriado foi pesadamente recompensada. Os que compraram de posseiros pequeninhos tiveram benfeitorias relativamente bem valorizadas e transferiram suas atividades para outros locais, diversificando seus investimentos. As lideranças das associações tiveram os seus esforços reconhecidos, mas perderam seus espaços de atuação com a passagem do tempo. E quem usava o espaço como moradia, seja como pequeno agricultor ou como residente urbano, ou seja, como um espaço de viver, foi desmoralizado, com indenizações ínfimas, esquecidos. Em resumo, não teve merecimento pelo Estado. Perdeu quase toda a base e teve que se reconstruir com as suas redes de parentes e pessoas próximas na sua vida cotidiana nova.

A incerteza instalada na vida cotidiana é intensamente associada a momentos de inclusão e exclusão, com a das desapropriações descritas. O sujeito encara a si mesmo da maneira que se entende no território e nas relações que costuma levar adiante com outras pessoas, com coletivos e com instituições. A aproximação diferenciada com o Estado desterritorializador desperta uma reelaboração das possibilidades existentes e prospectivas das suas relações com outros, com instituições, em narrativas e em ações. As subjetividades políticas perduram mais para alguns, sobretudo os mais resilientes e mais vinculados aos agentes do Estado, e para outros há um reforço de um ressentimento persistente. A durabilidade muito limitada encapsulada nas fases e diferentes tempos dos planos e projetos de desenvolvimento que passam de planejamento, execução e fuga. Esses projetos vão se transformando, somem e deixam os seus resultados incompletos enquanto encontram outros locais para operar, gestando novos projetos.

Notas:

¹ Uma Arena para Pernambuco (pesquisa CNPQ/UFPE, 2013-2015), Moura (2016) e Silva (2019).

² O projeto da construção Arena/Cidade da Copa se desdobra em projetos para toda a RMR - centralização urbana, mobilidade, portos, aeroportos, segurança, turismo e de saúde, entre outros, atendendo requisitos da FIFA e do planejamento urbano de Pernambuco.

³ Na Cidade da Copa, ou no bairro Muribara, São Lourenço da Mata.

⁴ Pernambuco criou as ZEIS para garantir que populações pobres com moradias em terras sem registro legal pudessem ter a possibilidade de registrá-las, proibindo intervenções nocivas a essa finalidade.

⁵ Decreto 32.926, de 30 de //dezembro, 2008. De uso corrente para legitimar intervenções governamentais em territórios alvos de ações, legislar o status de “utilidade pública” na prática anula outras medidas protetoras das populações que residem ou tenham título, reduzindo a legitimidade das suas demandas de compensação ou mitigação.

⁶ Como a legislação não permite o instrumento de desapropriação em área pública, o cadastro ordena o pagamento pelas obras e benfeitorias.

⁷ O órgão público cadastrou ‘posses’: espaços habitados, relacionados a uma única pessoa, sem ser considerada a contagem os residentes (Silva 2019).

⁸ Retornamos à noção de ‘pessoas ricas’ na discussão de subjetividade, moradia e remoções nas considerações finais.

⁹ Nomes fictícios.

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ Moura (2016).

¹² “Com a chegada da Família Real em 1808, 10.000 casas foram pintadas com as letras PR, do Príncipe Regente, o que significava que o morador teria que deixar sua casa para dar lugar à realeza. A população local deu outro nome à sigla: Ponha-se na Rua (PR)”. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/rio-vive-novo-ciclo-depolitica-de-remocoes/>

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. 1998. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Palo Alto: Stanford University Press.

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. 2011. *Oeste Metropolitano: realidade e desafios*. Recife.

ASAD, Talal. 2004. “Where are the margins of the state?” In DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the Margins of the State*, pp. 279-288. Santa Fe: SAR Press.

- BIEHL, João; GOOD, Byron & KLEINMAN, Arthur. 2005. *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley: University of California Press.
- BUTLER, Judith. 2010. *Frames of War: When is Life Grievable?* London: Verso.
- BUTLER, Judith & ATHANASIOU, Athena. 2013. *Dispossession: The Performative in the Politics*. Cambridge: Polity Press.
- COMITÉ POPULAR DA COPA - RECIFE. 2014 [2013]. Relatório de fomento ao controle social e coleta de subsídios ao controle técnico N° 03/2013 (OS N° 130/2013). Presidência da República, Secretaria Geral, Secretaria de Controle Interno.
- COMITÉ POPULAR DA COPA, PE. Das violações às resistências: a atuação do Comitê Popular da Copa PE. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/cendhec/das-violaes-s-resistncias-a-atuao-do-comit-popular-da-copa-pe>. Acesso em: 10/10/2022.
- COSTA, Paulo; KAWAHIRA, Leandro; ALENCAR, Claudia & SILVA, Sérgio. 2013. *Parceria Público Privada para Investimento em Arenas Multiuso - Estudo de Caso da Arena Pernambuco*. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/lre/wpaper/lares_2013_765-986-1-rv.html. Acesso em: 28/07/2023.
- DAMO, Arlei & OLIVEN, Ruben. 2013. "O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016." *Horizontes Antropológicos*, 19(40):19-63.
- DAS, Veena. 2011. "State, citizenship, and the urban poor." *Citizenship Studies*, 15(3.4):319-333.
- DAS, Veena & RANDERIA, Shalini. 2015. "Politics of the urban poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity." *Current Anthropology*, 56(11):3-13.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.). 2004. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: SAR Press.
- ESCOBAR, Arturo. 2008. *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham: Duke University Press.
- HARVEY, David. 2012. *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Loyola.
- HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: Disjunções de democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras.
- KOPPER, Moisés & RICHMOND, Matthew. 2021. "Housing Movements and the Politics of Worthiness in São Paulo." *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 26(2):276-296.
- LIRA, Marília. 2019. *As parcerias público-privadas e as repactuações contratuais nas obras da Arena Pernambuco*. Tese de Doutorado em Direito. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: N-1.
- MELLO, Germana. 2015. "São Lourenço da Mata, Cidade da Copa: a (re) construção da imagem da cidade e a recente dinâmica territorial." In RAMALHO, A. M. F. (ed.). *Recife: os impactos da Copa do Mundo de 2014*, pp. 45-60. Rio de Janeiro: Oficina de Livros.

- MOURA, Alice. 2016. Remoções forçadas, moradas desmanteladas: Uma intervenção estatal no loteamento São Francisco. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- MOURA, Alice; SCOTT, Parry & OLIVEIRA, Teresa. 2015. Copa do mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações. Recife: CD-Rom, FAGES-UFPE.
- ORTNER, Sherry. 2006. "Power and Projects: Reflections on Agency." In ORTNER, Sherry. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject*, pp. 129-154. Durham: Duke University Press.
- RIFIOTIS, Teophilus. 2015. "Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da 'violência de gênero'." *Cadernos Pagu*, (45):1-25.
- ROLNIK, Raquel. 2014. "Megaeventos: direito à moradia em cidade à venda." In JENNINGS, A. (org.). *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*, pp. 65-70. São Paulo: Boitempo.
- SCOTT, Parry. 2022. "Moralidade técnica: reflexões sobre práticas excludentes e administração de água." *O Público e O Privado*, (42):119-143.
- SCOTT, Parry. 2012. "Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco." In ZHOURI, A. (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*, pp. 122-146. Brasília: ABA.
- SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse; ARARIPE, Eduardo & MOURA, Alice. 2015. "Disputas em Diferentes Tempos na Construção da Arena Pernambucana para a Copa do Mundo: Planejando, Executando, Mitigando." In MOURA, Alice et al. *Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações*, pp. 86-109. Recife: FAGES-UFPE.
- SILVA, Núbia. 2019. "Limpendo o terreno": a experiência de remoção forçada dos posseiros de Jardim Penedo de Baixo para a construção da cidade da copa em São Lourenço da Mata - PE. Tese de Doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- YIFTACHEL, Oren. 2020. "From displacement to displaceability: A southeastern perspective on the new metropolis." *Analysis of Urban Change, Theory, Action*, 24(1-2):151-165.

**Differentiated Citizenships in Forced Removal in the
City of the World Cup and the Arena Pernambuco:
technical morality on the urban margins**

Abstract: This article addresses forced displacements of families caused by the State during the 2014 FIFA World Cup in Recife, it shows state intervention shaping political subjectivities differently according to

changing alliances between agents. Participant observation, experience narratives, interviews and examination of documents shows a temporal sequence (planning, implementation, abandonment) of implementation of the large investment plan. The study shows differential impacts on political involvement and the creation of variable subjectivities related to their treatment unrelated to removal and the effects on their post-displacement life. Interaction with NGOs, faith-based organizations, government agencies, and allied social groups elicits different compensations, omissions, and promises, including eviction, resettlement, and monetary compensation in two different stages, using tactics of demoralization, institutional metamorphosis, and planned abandonment. All these aspects show the creation of differential citizenships.

Keywords: World Cup, Displacement, Urban housing, Recife, Citizenships.

Recebido: 5 de outubro 2024.

Aprovado: 20 de dezembro 2024.